

Icatu**ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**

CNPJ: 74.267.170/0001-73

www.icatusseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Icatu Capitalização S.A., relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, dos Relatórios dos Auditores Independentes e do resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. Neste relatório, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas. **Pandemia de COVID-19:** A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em razão do COVID-19, desde o dia 11 de março de 2020. A pandemia teve origem na China, no final de 2019, e se alastrou pelo mundo iniciando uma onda de isolamento social, por iniciativas governamentais e recomendadas pela OMS, objetivando retardar a propagação do vírus, com restrições a viagens nacionais e internacionais, interrupção no funcionamento normal dos negócios em geral, em muitos países ao redor do mundo. Em consequência disso, um ambiente de forte volatilidade financeira, com aumento das incertezas foi instaurado, além de instabilidade social e econômica. Governos e bancos centrais ao redor do mundo vêm intervindo na economia de seus países, adotando medidas emergenciais, pouco convencionais em tempos normais, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários com prática de juros zero, além da expansão fiscal. Na economia nacional, impactos negativos começaram a surgir a partir de março de 2020, como maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio e dificuldades no comércio exterior, aumento das incertezas dos agentes econômicos, reduções dos postos de trabalho, principalmente os referentes as pequenas e médias empresas, entre outros. Diversas medidas foram tomadas pelo governo brasileiro, como a redução de juros, em agosto de 2020, para 2,00% ao ano, e a manutenção da taxa neste patamar, suspensão temporária de tributos (diferimento do PIS/COFINS) e concessão de benefícios fiscais aos setores da economia mais afetados. No entanto, uma recessão global em 2021 não está afastada, mesmo com a descoberta da vacina e a vacinação em massa, bem como as iniciativas tomadas, dados efeitos na economia mundial até agora e a incerteza do surgimento de novas ondas de contaminação por cepas novas do vírus. Embora as mensurações dos impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia possuam elevado grau de incerteza e dependam do desenvolvimento da doença (duração, agravamento, retorno, mutação entre outros) e do efeito da vacinação em massa, com várias variáveis desconhecidas, e ainda, que até a data base destas demonstrações financeiras não houve impacto relevante na Companhia, a Icatu Seguros S.A. monitora seus resultados e age para evitar a elevação nas despesas e redução das receitas operacionais. **Minimização de impacto:** A Icatu tomou uma série de medidas para mitigar os impactos da pandemia na sociedade e no dia a dia de nossos colaboradores, corretores e clientes, ampliando o apoio a projetos sociais nas áreas de saúde, educação, inclusão social e cultura. Por meio da parceria com Médicos sem Fronteiras, Movimento União Rio, Casa Ronald McDonald's e Operação Sorriso, a Icatu atua diretamente no enfrentamento da pandemia. A Icatu alocou seus mais de 1.900 funcionários e estagiários em regime de "home office", com o auxílio de novas ferramentas de gestão e de comunicação virtual. A Icatu investiu em planos de ação para também facilitar o trabalho dos corretores, agilizando a aceitação e implantação de propostas, a venda de seguro de vida, previdência, capitalização entre outros. Para os clientes, as opções de investimento foram ampliadas, oferecendo condições diferenciadas nos fundos de previdência entre setenta e cinco produtos com perfis diversificados. **Desempenho nas operações de Capitalização:** A Companhia se posiciona como a quinta maior empresa do segmento no país. Com as recentes negociações, ampliou sua participação no mercado de garantia locatícia através de uma rede, que reúne aproximadamente 27 mil imobiliárias. No ano de 2020, a Companhia atingiu R\$ 1,8 bilhão em faturamento, representando um crescimento de 37,4% em relação ao ano anterior. O resultado das operações de capitalização no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, alcançou R\$183 milhões, crescimento satisfatório de 19,5% em relação ao ano anterior tendo em vista o cenário desafiador do ano. A Companhia retornou para os seus clientes, R\$ 56,5 milhões em pagamentos de mais de 19 mil títulos sorteados, no ano de 2020. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações. As provisões técnicas de capitalização superaram R\$ 2,1 bilhões no período. O sustentável resultado da Icatu é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da Administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de gestão corporativa. A Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. Em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 109,7 milhões em verbas salariais aos colaboradores, R\$ 19,7 milhões pagos a serviços de parceiros terceirizados, R\$ 16,1 milhões em tributos indiretos e R\$ 35,6 milhões em tributos diretos. Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou o patrimônio líquido de R\$ 153 milhões e o ativo total atingiu a marca de R\$ 2,4 bilhões em 31 de dezembro de 2020. **Novos negócios:** No primeiro semestre, concluímos a aquisição da participação na Caixa Capitalização, negociação iniciada em 13/05/2019, onde a Icatu firmou o contrato de compra e venda das ações junto à Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("Santa Cruz") por intermédio da Sul América Capitalização S.A. ("Sulacap"), adquirindo integralmente a sua participação minoritária na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap"), correspondente a 24,5% de seu capital total e votante, o que corresponde a 1.960 ações ordinárias nominativas. Assim, a participação acionária da Icatu na CaixaCap, aumentou para 49%. Em fevereiro de 2020, foi concluída a migração da carteira da Sul América para a controlada Icatu Capitalização S.A., posicionando a mesma como a quinta maior empresa nesse ramo, no país, e ampliando também a sua participação no segmento de garantia para o mercado imobiliário, modalidade com forte potencial de crescimento, principalmente com as mudanças trazidas pelo novo marco regulatório. Em setembro de 2020, tivemos a conclusão da transferência de carteira dos produtos tradicionais da Companhia para a Rio Grande Capitalização, empresa controlada pela Banrisul Icatu Participações S.A. – BIPAR em parceria com a Icatu, empresa criada para comercializar com exclusividade produtos de capitalização através dos canais de venda do Banco Banrisul por um período de 20 anos. Em continuidade com a estratégia da Icatu, de expandir sua participação em todas as linhas de negócio em que atua, a controlada Icatu Capitalização S.A. assinou, em 20 de janeiro de 2020, um acordo para abertura de uma nova empresa em parceria com a Caixa Seguridade. A nova empresa terá exclusividade de vinte anos na distribuição dos produtos de capitalização, nas agências e correspondentes bancários da Caixa Econômica Federal (CEF). **Outros:** A política de recursos humanos tem proporcionado à Companhia figurar entre as melhores em seu ramo de atuação, sendo reconhecida por seus funcionários, pelo sexto ano consecutivo – como uma das melhores empresas para se trabalhar, no ranking Great Place to Work (GPTW). A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro 23 de fevereiro de 2021. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	1.422.552	1.346.387	CIRCULANTE	2.192.373	2.129.011
Disponível	19.040	10.230	Contas a Pagar	43.691	45.971
Caixa e Bancos	6.876	4.977	Obrigações a Pagar	28.386	33.876
Equivalente de Caixa	12.164	5.253	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	5.976	4.417
Aplicações	1.337.508	1.280.468	Encargos Trabalhistas	8.297	5.828
Créditos das Operações de Capitalização	19.027	17.375	Impostos e Contribuições	1.016	1.844
Outros Créditos Operacionais	27.041	26.711	Outras Contas a Pagar	16	6
Títulos e Créditos a Receber	19.936	11.603	Débitos de Operações com Capitalização	8.412	17.828
Títulos e Créditos a Receber	48	25	Depósitos de Terceiros	2.666	2.294
Créditos Tributários e Previdenciários	19.099	10.687	Provisões Técnicas - Capitalização	2.137.604	2.062.918
Outros Créditos	789	891	Provisão para Resgates	1.938.750	1.847.014
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.019.695	1.068.322	Provisão para Sorteio	156.412	134.705
Realizável a Longo Prazo	984.716	1.046.212	Provisão para Despesas Administrativas	5.189	1.723
Aplicações	856.062	863.879	Provisão para Bônus	37.253	79.476
Títulos e Créditos a Receber	128.654	182.333	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	96.857	181.089
Créditos Tributários e Previdenciários	47.811	12.201	Contas a Pagar	93.608	178.169
Depósitos Judiciais e Fiscais	80.843	170.132	Obrigações a Pagar	25.288	23.248
Imobilizado	150	54	Tributos Diferidos	511	-
Intangível	34.829	22.056	Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	67.809	154.921
TOTAL DO ATIVO	2.442.247	2.414.709	Outros Débitos - Provisões Judiciais	3.249	2.920
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	153.017	104.609
			Capital Social	166.484	86.484
			Reservas de Lucros	18.129	18.129
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	762	(4)
			Lucros/(Prejuízos) Líquidos do Exercício	(32.358)	-
			TOTAL DO PASSIVO	2.442.247	2.414.709

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	86.484	17.297	18.692	58.200	4.100	-	184.773
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(4.104)	-	(4.104)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	13.440	13.440
Destinação do lucro líquido							
Reserva Estatutária	-	-	13.440	-	-	(13.440)	-
Distribuição de Dividendos AGO janeiro/2019	-	-	-	(58.200)	-	-	(58.200)
Dividendos intermediários AGE março/2019	-	-	(31.300)	-	-	-	(31.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	86.484	17.297	832	-	(4)	-	104.609
Aumento de Capital	80.000	-	-	-	-	-	80.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	766	-	766
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	(32.358)	(32.358)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	166.484	17.297	832	-	762	(32.358)	153.017
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Icatu Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, Centro, Rio de Janeiro – RJ, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapart Participações Ltda. **1.1 Transferência de Carteira – Sul América Capitalização:** A Companhia firmou o contrato de cessão e transferência em maio de 2019, adquirindo integralmente a carteira de títulos de capitalização junto à Sul América Capitalização S.A. – ("Sulacap") por R\$ 12.000. A transferência de carteira foi concluída em fevereiro de 2020, após as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que ocorreu em 28 de junho de 2019 e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP que ocorreu através da Portaria SUSEP/DIR3 nº 5, de 16 de agosto de 2019 e publicado no DO em 28 de agosto de 2019 (Nota 8). Os registros contábeis foram efetuados em fevereiro de 2020. Abaixo, destacamos o quadro com a apresentação dos valores transferidos pela Sul América Capitalização S.A. – ("Sulacap"), referentes ao acervo líquido da carteira.

Carteira Sul América Capitalização S.A.		Passivo	
Ativo	686.972	686.972	
Circulante	683.974	Circulante	684.994
Aplicações Financeiras	683.464	Conta a Pagar	1.567
Créditos das Operações de Capitalização	510	Débito de Operações de Capitalização	181
		Depósito de Terceiros	1.009
		Provisões Técnicas - Capitalização	682.237
Não Circulante	2.998	Acervo Líquido	1.978
Intangível	2.998		

1.2. Transferência de Carteira – Rio Grande Capitalização: A Companhia concluiu, neste último semestre, a transferência de carteira referente ao produto "tradicional" para a empresa a Rio Grande Capitalização S.A., empresa controlada pela Banrisul Icatu Participações S.A. – BIPAR em parceria com a Icatu Seguros S.A., empresa criada para comercializar com exclusividade produtos de capitalização através dos canais de venda do Banco Banrisul por um período de 20 anos. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em abril de 2018, aprovada em definitivo pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em fevereiro de 2019 pela Portaria nº 7.282/2019. A Operação na "RGCAP" iniciou em setembro/2019 com os produtos de "Incentivo" e concluída com a transferência da carteira tradicional, no valor total de R\$ 837 MM, em setembro de 2020.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras ("demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2021. **2.1. Base de Mensuração:** Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Caixa e Equivalente de Caixa. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. • Ativos financeiros disponíveis para venda. • Instrumentos financeiros derivativos. • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **2.2. Moeda Funcional e de Apresentação:** As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. **3.1. Apuração do resultado:** As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência

e considera o seguinte: A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo: Primeira mensalidade quando da respectiva emissão; • Demais mensalidades quando do efetivo recebimento. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas. **3.2. Balanço patrimonial:** • A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. • Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. • Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos. • Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. **3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. São considerados equivalentes de caixa operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente pela sociedade ou através de cotas de fundos de investimentos exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. **3.4. Instrumentos financeiros:** A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir: **3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **3.4.2. Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.4.3. Mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda. **3.4.4. Empréstimos e Recebíveis:** Ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado ajustados por perdas por redução ao valor recuperável. **3.5. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela TR + 0,5% (mensal). **3.6. Imobilizado:** Mensurado pelo seu custo histórico, deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2020	31/12/2019
Arrecadação com Títulos de Capitalização	1.750.858	1.274.498
Varição da Provisão para Resgate	(1.413.167)	(946.654)
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	337.691	327.844
Variações das Provisões Técnicas	(14.754)	(15.856)
Resultado com Sorteio	(65.758)	(79.089)
Custo de Aquisição	(92.349)	(93.124)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	17.726	12.882
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	182.556	152.657
Despesas Administrativas	(186.484)	(195.623)
Despesas com Tributos	(16.134)	(16.522)
Resultado Financeiro	(30.644)	92.389
RESULTADO OPERACIONAL	(50.706)	32.901
Ganhos e perdas com ativos não correntes	(373)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(51.079)	32.901
Imposto de Renda	25.715	(3.598)
Contribuição Social	9.894	(7.826)
Participações Sobre o Lucro	(16.888)	(8.037)
Lucro/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(32.358)	13.440
Quantidade de Ações	765.894.586	417.994.227
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício por Ação - R\$	-0,04	0,03
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	(32.358)	13.440
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(766)	(4.104)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.277)	(6.841)
Imposto sobre o ganho/(perda) originado(a) no período	511	2.737
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(33.124)	9.336
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) Líquido do Exercício	(32.358)	13.440
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	4.340	4.122
Varição das Provisões Técnicas	1.424.993	1.088.873
Varição de Impostos Sobre o Lucro	15.391	21.832
Varição nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(49.223)	(64.291)
Créditos das Operações de Capitalização	(1.652)	18.080
Créditos Tributários e Previdenciários	(8.412)	(59)
Ativo Fiscal Diferido	(35.610)	(5.162)
Depósitos Judiciais e Fiscais	89.289	(9.293)
Outros Ativos	(9.604)	(1.970)
Outras Contas a Pagar	(86.013)	98.738
Débitos de Operações com Capitalização	(9.416)	3.109
Depósitos de Terceiros	372	(4.608)
Provisões Técnicas – Capitalização	(1.350.307)	(969.825)
Outros Débitos - Provisões Judiciais	329	(3.005)
Outros Passivos	766	(93.604)
Caixa Líquido Gerado/Consumido pelas Operações	(47.115)	99.077
Impostos sobre o lucro pagos	(16.219)	(20.801)
Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais	(63.334)	78.276
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado e Intangível	373	893
Pagamento pela compra:		
Imobilizado e Intangível	(8.229)	-
Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades de Investimento	(7.856)	893
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	80.000	-
Distribuição de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-	(101.300)
		



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado em contrapartida de conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período. **3.8.2. Ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. **3.9 Benefícios a Empregados:** Refere-se a plano de contribuição variável sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (“PLR”) tendo como base a contribuição das equipes e desempenho da Companhia. A metodologia utilizada leva em consideração o Lucro Líquido antes do Imposto (“LAIR”) e os medidores de eficiência do negócio estabelecidos para o exercício. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda corrente é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 15%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros para utilização do prejuízo fiscal do período e sobre as diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária. **3.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas Provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. **3.12 Provisões Técnicas: Provisão Matemática para Capitalização:** A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado. **Provisão para Resgates:** A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos. **Provisão para Sorteios a Realizar:** A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados. **Provisão de Sorteios a Pagar:** A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação. **Provisão para Despesas Administrativas:** A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. **Provisão para Distribuição de Bônus:** A provisão é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano. A metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos compõe a provisão para resgates. **Prescrição de Títulos:** A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos. **3.13 Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas de Aplicações Financeiras e Provisões Judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo período contábil. **3.14 Novas Normas Contábeis ainda não adotadas:** O pronunciamiento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foi adotado antecipadamente: **3.14.1. IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros:** O pronunciamiento visa substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023. **3.14.2. IFRS 16 (CPC 06 – R2) – Arrendamentos:** O Pronunciamiento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia efetuou análise nos contratos ativos identificando contratos de direito de uso e contratos de leasing. A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 R2) em 1º de janeiro de 2021 como referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 22/09/2020. **4. GESTÃO DE RISCO:** A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) da Icatu Seguros, conforme definição dada pela Circular SUSEP 521, de 24 de novembro de 2015, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição. Para executar sua função a Companhia nomeia o Gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da EGR, bem como pela emissão de relatórios para análise dos Comitês de Gestão de Risco, do Comitê de Auditoria da Diretoria e do Conselho de Administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados. O Gestor de Risco organiza as suas atividades em Ciclos de Gestão de Riscos que são constituídos em 4 etapas sendo elas identificação/revisão, mensuração, manutenção e tratamento de riscos. Tais mapeamentos e análises são

consolidados no Perfil de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no Perfil de Riscos, a Companhia utiliza o Sistema de Controles Internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento. Para cumprir a função companhia está organizada em 3 linhas de defesa, cujas responsabilidades são: • A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamados de responsáveis pelos riscos, possuem a responsabilidade de gerir os recursos e alocá-los em favor do cumprimento dos objetivos da Companhia; • A segunda linha de defesa: composta pelas áreas responsáveis pelo apoio, monitoramento e questionamento sobre o gerenciamento de riscos. Possuem a função de supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e Conselho de Administração. • A terceira linha de defesa: composta pela Auditoria Interna que atua de forma independente na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa. Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser Críticos, Severos, Moderados e Reduzidos. O Gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao Conselho de Administração. Tais níveis de são formalizados como Apetite a Riscos. Ele é apurado através de simulações num horizonte de 1 ano para os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress. Todos as Diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a Estrutura de Gestão de Riscos descrita acima estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo Conselho de Administração. Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade. **4.1. Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos: 4.1.1. Principais Riscos Associados: 4.1.1.1. Risco de Crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “Investimentos de Alto Risco” e “investimentos de Baixo Risco”, conforme rating nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor’s, Fitch e Moody’s. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco. Em 31/12/2020, R\$ 1.376.546 / 79% (R\$ 1.503.426 / 69,94% em 31/12/2019), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 312.070 (R\$ 225.888 em 31/12/2019). O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor’s, Fitch e Moody’s. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três:

Rating	31/12/2020				31/12/2019			
	CDB	Letra Financeira	Debênture	Total	CDB	Debênture	Total	Total
AAA	-	-	4.849	4.849	-	5.396	5.396	
AA+	-	12.818	-	12.818	-	14.148	14.148	
AA	22.741	-	-	22.741	50.022	20.435	70.457	
AA-	2.002	-	-	2.002	91.662	-	91.662	
A+	8.955	-	-	8.955	88.173	13.496	101.669	
A	-	-	-	-	-	3.315	3.315	
BB-	30.012	-	-	30.012	-	-	-	
ND	-	-	-	-	-	15.265	15.265	
Total	63.710	12.818	4.849	81.377	229.857	72.055	301.912	

ND=Não Disponível.
A redução do volume de aplicações em crédito privado, se deve a estratégia de realizar aplicações nesta categoria de ativos através de fundos de investimentos não exclusivos. Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 416.359 em 31/12/2020 (R\$ 118.373 em 31/12/2019). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitas às suas respectivas Políticas de Investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos. **4.1.1.2. Risco de Mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros. O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência. A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco. (II) DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01. - O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	31/12/2020				31/12/2019			
	DV-01	EWMA	VAR	Exposição	DV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado – DI	67	0,93	6.027	164.940	256.131	0,89	21.563	547.840
Taxa Referencial	13	0,93	771	141.427	25.662	0,97	1.627	195.307
IGPM	-	0,91	-	-	343	0,95	17	588
IPCA	1.319	0,99	64.589	1.109.585	933.287	0,97	42.088	833.400
Ações	-	0,96	79	556	-	0,96	49	582

A incerteza trazida pela pandemia COVID-19, fez com que as taxas de juros tivessem um aumento relevante no primeiro semestre de 2020 gerando assim, uma desvalorização nos preços dos ativos marcados como valor justo pela companhia. Este efeito somado a um cenário de Selic anual de 2,77% a.a., mínima história, acabou afetando a performance do resultado financeiro do exercício. Ainda durante o exercício de 2020, a companhia havia implementado novas estratégias de investimentos com objetivo de diminuir os impactos causados pela pandemia. Aliada a recuperação parcial da atividade econômica do país, observou-se nova valorização nos preços dos ativos marcados como valor justo e consequentemente a companhia retomou a níveis positivos em termos de performance do resultado financeiro. **4.1.1.3. Risco de Liquidez:** Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do decasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade. Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessi-

dade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos. Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2020			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e Bancos	6.876	-	-	6.876
Equivalente de Caixa	12.164	-	-	12.164
Aplicações	903.520	279.338	1.010.712	2.193.570
Créditos das Operações de Capitalização	17.053	1.974	-	19.027
Títulos e Créditos a Receber	19.936	128.654	-	148.590
Total de ativos	959.549	409.966	1.010.712	2.380.227
Contas a Pagar	43.691	93.608	-	137.299
Provisões Técnicas – Capitalização	1.370.189	384.926	382.489	2.137.604
Débitos de Operações com Capitalização	8.412	-	-	8.412
Depósitos de Terceiros	585	2.081	-	2.666
Total de passivos	1.422.877	480.615	382.489	2.285.981

Ativos e passivos	31/12/2019			
	1 ano	2 anos	2 anos	Total
Caixa e Bancos	4.977	-	-	4.977
Equivalente de Caixa	5.253	-	-	5.253
Aplicações	556.276	30.150	1.557.921	2.144.347
Créditos das Operações de Capitalização	17.375	-	-	17.375
Títulos e Créditos a Receber	11.603	182.333	-	193.936
Total de ativos	595.484	212.483	1.557.921	2.365.888
Contas a Pagar	45.971	178.169	-	224.140
Provisões Técnicas – Capitalização	978.075	455.546	629.297	2.062.918
Débitos de Operações com Capitalização	17.828	-	-	17.828
Depósitos de Terceiros	2.294	-	-	2.294
Total de passivos	1.044.168	633.715	629.297	2.307.180

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco. **4.1.1.4. Risco Operacional:** O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*. A gestão desses riscos integra a Gestão de Riscos Corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica à utilizada para os demais riscos. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual). As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria. A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares. Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia. Os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os Riscos de Fraude fazem parte do Ciclo de Gestão de Riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados. **4.1.1.5. Risco de Subscrição:** O Risco de Subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação das arrecadações cobradas, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas. A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuárias para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: • Risco de sorteio: Implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas; • Risco de persistência: Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título e; • Risco de cancelamento: Implica na devolução integral das parcelas pagas pelos clientes no caso de problemas gerados no momento da venda e risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas. A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração. A arrecadação com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Centro Oeste	144.435	8%	98.105	8%
Nordeste	81.208	5%	48.616	4%
Norte	127.279	7%	101.189	8%
Sudeste	892.490	51%	474.685	37%
Total	505.446	29%	551.903	43%
Sul	1.750.858	100%	1.274.498	100%

4.1.1.6. Gestão de Capital: A Gestão de Capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. **4.1.1.7. Riscos Estratégicos:** Os Riscos estratégicos fazem parte do Ciclo de Gestão de Riscos coordenado pela equipe de Gestão de Riscos e Controles Internos. Esses riscos são mapeados em conjunto com a Administração da Companhia e em seguida avaliados e tratados conforme níveis de criticidade aprovados. **5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: 5.1. Classificação por Categoria e Faixa de Vencimento:** As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os Investimentos Financeiros classificados como Equivalentes de Caixa: R\$ 12.164 (R\$ 5.253 em 31/12/2019). Em 31/12/2020, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 38.062 (R\$ 0 em 31/12/2019). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 1.276 (R\$ 0 em 31/12/2019). Segue demonstração da abertura da carteira:

	31/12/2020									
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações	
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:										
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	-	-	365	-	-	365	365	0,02%	0,02%	
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	3,72%	-	53.975	32.902	-	86.877	86.877	3,94%	3,66%	
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	40.209	340.249	17.578	398.036	398.036	18,05%	16,77%	
Letras do Tesouro Nacional	3,83%	-	20.504	14.701	-	35.205	35.205	1,60%	1,48%	
Operações Compromissadas	SELIC	-	299.906	-	-	299.906	299.906	13,60%	12,64%	
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		416.359	-	-	-	416.359	416.359	18,88%	17,55%	
Outros		50	8.443	-	-	19.383	19.383	0,88%	0,82%	
Letra Financeira	111,5%CDI-	-	-	-	-	12.818	12.818	0,58%	0,54%	
Debêntures de Distribuição Pública	111,3%CDI-	-	-	4.849	-	4.849	4.849	0,22%	0,20%	
Certificados de Depósitos Bancários a prazo – CDB			63.710			63.710	63.710	2,89%	2,68%	
CDB – CDI	100%CDI	-	24.744	-	-	24.744	24.744	1,12%	1,04%	
CDB – SELIC	SELIC	-	38.966	-	-	38.966	38.966	1,77%	1,64%	
Total		416.409	487.112	416.409	17.578	1.337.508	1.337.508	61%	56%	
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – classificado como Equivalente de Caixa:										
Operações Compromissadas	SELIC	12.164	-	-	-	12.164	12.164	0,55%	0,51%	
Total		12.164				12.164	12.164	0,55%		

Icatu

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 74.267.170/0001-73www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

		31/12/2019								
		Taxas contratadas	Sem Ven cimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:										
Notas do Tesouro Nacional - IPCA										
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ										
Letras Financeiras do Tesouro										
Letras do Tesouro Nacional										
Operações Compromissadas										
Outros										
Debêntures de Distribuição Pública										
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos										
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB										
CDB - CDI										
CDB - SELIC										
CDB - TR										
Total										
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - classificado como Equivalente de Caixa:										
Operações Compromissadas										
Total										
II. Montado Até o Vencimento:										
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos										
Nota do Tesouro Nacional										
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ										
Total										
Total das Aplicações Financeiras										

5.2. Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	1.567.765	132.904	408.757	2.109.426
(+) Aplicações	4.743.604	-	437.478	5.181.082
(-) Resgates	(5.140.117)	(146.342)	(23.131)	(5.309.591)
(+) Rendimentos	114.469	20.279	40.775	175.524
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(6.841)	-	(6.841)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.285.721	-	863.879	2.149.600
(+) Aplicações	4.192.828	519.462	355.867	5.068.157
(-) Resgates	(4.174.773)	(445.786)	(494.932)	(5.115.491)
(+) Rendimentos	45.896	(35.615)	91.910	102.191
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	1.277	-	1.277
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.349.672	39.338	816.724	2.205.734

5.3. Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo: Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

31/12/2020			
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	831.564	518.108	1.349.672
Notas do Tesouro Nacional	87.242	-	87.242
Letras Financeiras do Tesouro	398.036	-	398.036
Letras do Tesouro Nacional	34.216	989	35.205
Letra Financeira	-	12.818	12.818
Operações Compromissadas	312.070	-	312.070
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	-	63.710	63.710
Debênture	-	4.849	4.849
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	416.359	416.359
SWAP	-	19.784	19.784
Outras Aplicações	-	(401)	(401)
II. Títulos disponíveis para venda:	39.338	-	39.338
Notas do Tesouro Nacional	39.338	-	39.338
III. Mantido até o vencimento:	816.724	-	816.724
Notas do Tesouro Nacional	816.724	-	816.724
Total (I + II + III)	1.687.626	518.108	2.205.734

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:

	Nível 01	Nível 02	Total
Notas do Tesouro Nacional	256.646	-	256.646
Letras Financeiras do Tesouro	371.345	-	371.345
Letras do Tesouro Nacional	11.556	-	11.556
Operações Compromissadas	225.888	-	225.888
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	-	229.858	229.858
Debêntures de Distribuição Pública	-	72.055	72.055
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	100.792	100.792
Outras Aplicações	-	17.581	17.581
Total (I + II + III)	822.848	410.311	1.233.159

5.4. Instrumentos Financeiros Derivativos: Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas não refletem o resultado da Companhia, uma vez que o impacto é de igual valor nas provisões técnicas da Companhia. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31/12/2020 e 31/12/2019, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e *swap* contratados em mercado de balcão organizado:

		31/12/2020		Exposição (notional) Total em R\$ mil	
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	em R\$ mil
D11	Vendido	jan/21	CDI	541	54.085
D11	Vendido	abr/21	CDI	206	20.507
D11	Comprado	jan/22	CDI	26	2.504
D11	Vendido	abr/22	CDI	10	990
D11	Vendido	jul/22	CDI	47	4.479
D11	Comprado	jan/23	CDI	31	2.847
D11	Vendido	jul/23	CDI	164	14.635
D11	Comprado	jan/25	CDI	2	138

Data de Aquisição	Venci-mento	Indexa-dor Passivo	Indexa-dor Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Pas-sivo em R\$ mil	Apropriação Acum em R\$ mil
31/mar/17	jun/22	D11	TR	50.000	71.682	60.792	10.890
31/mar/17	jun/21	D11	TR	50.000	69.686	60.792	8.894

		31/12/2019		Exposição (notional) Total em R\$ mil	
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	em R\$ mil
D11	Comprado	abr/20	CDI	216	21.343
D11	Vendido	jul/20	CDI	372	36.392
D11	Comprado	out/20	CDI	211	20.426
D11	Comprado	jan/21	CDI	114	10.917
D11	Vendido	jul/21	CDI	11	1.026
D11	Comprado	out/21	CDI	144	13.206
D11	Comprado	jan/22	CDI	201	18.162
D11	Vendido	jan/22	CDI	72	6.465
D11	Vendido	jul/22	CDI	3	275
D11	Comprado	jan/23	CDI	358	30.280
D11	Vendido	jan/23	CDI	323	27.273
D11	Comprado	jul/23	CDI	522	42.603
D11	Comprado	jan/24	CDI	123	9.670
D11	Vendido	jan/24	CDI	340	26.797
D11	Comprado	jan/25	CDI	149	10.927
D11	Vendido	jan/26	CDI	250	17.014
D11	Comprado	jan/27	CDI	156	9.870
D11	Vendido	jan/28	CDI	24	1.439
D11	Comprado	jan/29	CDI	1	43

Data de Aquisição	Venci-mento	Indexa-dor Passivo	Indexa-dor Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Pas-sivo em R\$ mil	Apropriação Acum em R\$ mil
31/mar/17	jun/20	CDI	TR	50.000	63.276	59.155	4.121
31/mar/17	jun/21	CDI	TR	50.000	66.948	59.155	7.793
31/mar/17	jun/22	CDI	TR	50.000	65.083	59.155	5.929

6. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS: Registra os pagamentos das obrigações operacionais, ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 27.041 em 31/12/2020 (R\$ 26.711 em 31/12/2019). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS:

Os impostos a recuperar são compostos da seguinte forma: **Impostos a recuperar:**

Ativo - Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Impostos a Recuperar		
Imposto de Renda	9.210	7.589
Contribuição Social	8.220	1.429
COFINS	1.373	1.373
PIS	245	245
Outros	51	51
Total de Créditos Fiscais	19.099	10.687

b) Tributos diferidos:

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias. A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o CPC 32. Apresentamos abaixo quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários":

	31/12/2018	Constituição	Realização /Reversão	31/12/2019	Constituição	Realização /Reversão	31/12/2020
Não Circulante							
Imposto de Renda Diferido	4.399	(9.973)	13.199	7.625	17.907	(9.135)	16.397
Ativo - Diferenças Temporárias	6.109	10.744	(9.228)	7.625	18.262	(9.171)	16.716
Passivo - Ajuste de TVM	(1.710)	(20.717)	22.427	-	(355)	36	(319)
Contribuição Social Diferida	2.640	(5.983)	7.919	4.576	10.744	5.482	9.838
Ativo - Diferenças Temporárias	3.666	6.447	(5.537)	4.576	10.957	(5.503)	8.845
Passivo - Ajuste de TVM	(1.026)	(12.430)	13.456	-	(213)	21	(192)
Total	7.039	(15.956)	21.118	12.201	28.651	(14.617)	26.235

Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. A expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal e ou base negativa serão nos exercícios de 2021 a 2030. A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias.

Diferenças Temporárias - 2021 a 2025			
Ano	Constituição	Realização	%
2020*	(903)	-	-
2021	2.674	10%	
2022	2.674	10%	
2023	2.674	10%	
2024	2.674	10%	
2025	2.674	10%	
Total	13.371	50%	

Diferenças Temporárias - 2026 a 2030			
Ano	Constituição	Realização	%
2026	2.675	10%	
2027	2.675	10%	
2028	2.675	10%	
2029	2.675	10%	
2030	2.675	10%	
Total	13.375	50%	

Total geral **26.746** **100%**
(*) 2020 não compõe o total do Prejuízo Fiscal e base Negativa

Prejuízo Fiscal e Base Negativa			
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Saldo em 31/12/2020
Não Circulante			
Prejuízo Fiscal	-	16.625	16.625
Base Negativa	-	4.440	4.440
Total	-	21.065	21.065

Prejuízo Fiscal e Base Negativa - 2021 a 2023			
Ano	Constituição	Realização	%
2021	7.021	33%	
2022	7.022	33%	
2023	7.022	34%	
Total	21.065	100%	

(*) 2020 não compõe o total do Prejuízo Fiscal e base Negativa

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	Adi-ções	Amorti-zação	31/12/20	31/12/20
Desenvolvidos Internamente	6.798	6.466	(1.575)	(615)	11.074
Marcas e patentes	0%	111	-	-	111
Sistemas de computação	20%	6.687	6.466	(1.575)	(615)
Adquiridos de Terceiros	15.258	13.021	-	(4.524)	23.755
Sistemas aplicados	20%	1.323	2.999	-	(1.281)
Balcão de vendas (a)	-	13.935	-	-	(2.408)
Resultado na Transferência de Carteira (b)	-	-	10.022	-	(835)
Total	22.056	19.487	(1.575)	(5.139)	34.829

	Saldos em 31/12/2019	Transferência de Carteira	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2020
Provisão Matemática para Capitalização	1.518.629	(48.895)	1.479.285	(1.437.173)	132.068	1.643.914
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	193.064	(50.141)	515.302	(508.638)	(125)	149.462
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	135.321	(37.467)	873.891	(826.759)	388	145.374
Provisão para Resgates	1.847.014	(136.503)	2.868.478	(2.772.570)	132.331	1.938.750
Provisão para Sorteios a Realizar	35.939	(13.157)	69.228	(76.259)	(894)	14.857
Provisão de Sorteios a Pagar	98.766	33.516	72.790	(63.289)	(228)	141.555
Provisão para Sorteios	134.705	20.359	142.018	(139.548)	(1.122)	156.412
Provisão para Distribuição de Bônus	79.476	(44.642)				

Icatu**ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**
CNPJ: 74.267.170/0001-73www.icatusseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

Os títulos mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 167.094 (R\$ 148.590 em 31/12/2019) maior que o valor contábil (nota 5.1).

14. PROVISÕES JUDICIAIS, OBRIGAÇÕES FISCAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS: 14.1. Provisões Judiciais: O valor total em discussão dos processos judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$61.693 (R\$ 39.273 em 31/12/2019) que é composto principalmente por discussões em que se questiona PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis	31/12/2020			31/12/2019		
	Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco Provisionado	Valor Provisionado
Provável	88	2.086	2.086	84	1.473	1.473
Possível	134	5.291	-	118	4.109	-
Remota	9	148	-	10	103	-
Total	231	7.525	2.086	212	5.685	1.473

Causas Trabalhistas	31/12/2020			31/12/2019		
	Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco Provisionado	Valor Provisionado
Provável	14	863	863	18	1.147	1.147
Possível	7	1.174	-	8	2.231	-
Remota	-	-	-	-	-	-
Total	21	2.037	863	26	3.378	1.147

Causas Fiscais	31/12/2020			31/12/2019		
	Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco Provisionado	Valor Provisionado
Provável	3	300	300	3	300	300
Possível	33	55.228	-	35	32.933	-
Total	36	55.528	300	38	33.233	300

O aumento no valor dos processos judiciais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível", ocorreu devido a inclusão do processo 16682.720023/2014-56 (pasta nº195695) na linha fiscal em setembro de 2020 com o valor do risco de R\$15.780 entre outros processos fiscais. A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	Valor Provisionado			
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Total
Causas Adicionais	991	1.688	546	3.225
Causas Baixadas	947	257	-	1.204
Causas Baixadas	(573)	(785)	(246)	(1.604)
Atualização Monetária	108	(13)	-	95
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.473	1.147	300	2.920
Causas Adicionais	1.731	9	-	1.740
Causas Baixadas	(972)	(244)	-	(1.216)
Atualização Monetária	(146)	(49)	-	(195)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.086	863	300	3.249

14.2. Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais: No grupo "Outras Contas a Pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

Contribuição	Saldo em 31/12/2018		Atualização Monetária		Pagamentos / Baixas		Saldo em 31/12/2019		Atualização Monetária / Baixas		Saldo em 31/12/2020	
	Adições	Monetária	Adições	Monetária	Adições	Monetária	Adições	Monetária	Adições	Monetária	Adições	Monetária
Social	114.709	-	5.294	-	-	-	120.003	-	1.882	(91.434)	-	-
COFINS	26.103	1.596	1.105	-	-	-	28.804	1.482	596	-	-	-
PIS	5.627	259	228	-	-	-	6.114	241	121	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos	308	-	5	(313)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - Obrigações Fiscais	146.747	1.855	6.632	(313)	154.921	1.723	2.599	(91.434)	67.809	-	-	-

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Companhia	Tese	PIS		COFINS		CSLL		Total	
		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Icatu	Majoração de Alíquota (a)	-	-	-	-	32.822	30.451	32.882	30.451
	Alargamento da Base (b)	6.402	5.018	33.723	30.882	-	-	40.125	35.900
	Faturamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização (c)	2.003	1.458	-	-	-	-	2.003	1.458	
Total 31/12/2020		8.405	6.476	33.723	30.882	32.822	30.451	75.010	67.809

Companhia	Tese	PIS		COFINS		CSLL		Total	
		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Icatu	Majoração de Alíquota (a)	-	-	-	-	128.582	120.003	128.582	120.003
	Alargamento da Base (b)	6.034	4.680	31.591	28.804	-	-	37.625	33.484
	Faturamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização (c)	1.982	1.434	-	-	-	-	1.982	1.434	
Total 31/12/2019		8.016	6.114	31.591	28.804	128.582	120.003	168.189	154.921

(a) Os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança em que a Icatu Capitalização discutia a majoração de alíquota de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008, foram integralmente convertidos em renda em favor da União Federal. (b) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014. (c) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidência sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. **14.3 Depósitos Judiciais e Fiscais:** Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue. Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	221	400
Trabalhistas	330	332
Fiscais	80.264	169.375
Outros	28	25
Total Depósitos Judiciais	80.843	170.132

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	169.375	160.299
Adições	5.713	2.219
Baixas (*)	(97.450)	-
Atualização Monetária	2.626	6.857
Saldo Final	80.264	169.375

(*) A baixa realizada em junho de 2020 se refere aos depósitos judiciais que foram integralmente convertidos em renda em favor da União Federal (Lei nº 11.727/2008).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O capital social subscrito e integralizado de R\$ 166.484 (R\$ 86.484 em 31/12/2019) representado por 765.894.586 (417.994.227 em 31/12/2019) sendo 376.127.276 ações ordinárias e 41.866.951 ações preferenciais ações ordinárias. **b) Reservas de Lucros:** As reservas de lucros de R\$ 18.129 (R\$ 18.129 em 31/12/2019) são compostos por: Reserva Legal de R\$ 17.297 (R\$ 17.297 em 31/12/2019) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76. Reserva Estatutária de R\$ 832 que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. **c) Dividendos Mínimos Obrigatórios:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d) Ajuste de Avaliação Patrimonial:** A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 762 (R\$ 4 em 31/12/2019). **e) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital:** A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	153.017	104.609
Ajustes contábeis	(50.131)	(15.089)
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social (-)	(21.065)	-
Ativo Intangíveis	(34.829)	(22.056)
Ajuste Contábil - 50 % Ativos intangíveis ponto de venda CMR (+)	5.763	6.968
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	229.127	202.617
Ativos financeiros na Cat. mantidos até o vencimento	100.912	89.809
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real soc. capitalização (+)	128.215	112.808
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	332.013	292.137
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	45.901	29.247
Capital de Risco de Subscrição	10.292	9.951
Capital de Risco - Mercado	158.931	134.367
Capital de Risco - Redução por correlação	(35.079)	(25.466)
Capital de Risco - Operacional	6.535	4.592
Capital de Risco (CR) (b)	186.550	152.691
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	186.550	152.691
Patrimônio líquido ajustado (-) Exigência de capital - EC	332.013	292.137
Suficiência de capital - R\$	(186.550)	(152.691)
Suficiência de capital - % da EC	145.463	139.446
	178%	191%

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Icatu Capitalização S.A. Rio de Janeiro - RJ.

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$332.013 mil (em 31 de dezembro de 2020), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos demonstrativos do capital mínimo e pela solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$332.013 mil (em 31 de dezembro de 2020), com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurançarazoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$332.013 mil (em 31 de dezembro de 2020), anteriormente referidos, da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas daSUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 23 de fevereiro de 2021
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385**16. PARTES RELACIONADAS:** Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

Partes relacionadas	Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a)(b)(c)	(14.509)	(22.627)	14.164	71.030	(61.768)	(145.244)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (coligada) (d)	-	-	-	-	(1.999)	(1.437)
Icatu Vanguarda Gestão Recursos (b) (e)	(110)	(72)	-	-	(735)	(1.122)
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (b)	-	(71)	-	-	(11)	(123)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	86.635	-	(76.154)
Itumbiara Participações Ltda (Ligada) (b)	(34)	(20)	-	-	(450)	(505)
Icatu Consultoria de Investimentos (Ligada) (b)	-	-	-	-	(27)	-
Administradores (Outros) (c)	-	-	-	-	(1.189)	(1.899)
Total	(14.653)	(22.790)	14.164	157.665	(66.180)	(226.484)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: (a) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e da Rio Grande Seguros e Previdência uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. (b) O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização. Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes. (c) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes. (d) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros, registrado na rubrica "Despesas Administrativas", referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo. (e) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários. (f) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

17. CARREGAMENTO: Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PU577IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR
PM910T3	15414.004504/2009-51	15,79%	0,5% a.m.	TR
PM102T7	15414.002015/2011-89	16,99%	0,5% a.m.	TR
PU579IG	15414.900829/2019-38	7,17%	0,5% a.m.	TR
PM171T	15414.901248/2013-28	11,09%	0,5% a.m.	TR

18. COMERCIALIZAÇÃO: O índice de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de Comercialização	% Comercialização	
	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de pagamentos únicos (PU)	0,94%	2,91%
Títulos de pagamentos mensais (PM)	9,44%	8,66%
Total	5,27%	7,31%

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:**a) Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização**

	31/12/2020	31/12/2019
Título de Capitalização Emitido	1.799.817	1.279.931
Devolução/Cancelamento Com Título de Capitalização	(48.959)	(5.433)
Reversão da Provisão Para Resgate	59.338	11.377
Constituição da Provisão Para Resgate	(1.472.505)	(958.031)
Total	337.691	327.844

b) Resultado com Sorteios

	31/12/2020	31/12/2019
Reversão da Provisão Para Sorteio	76.258	93.199
Constituição da Provisão Para Sorteio	(69.228)	(88.911)
Despesas Com Títulos Sorteados	(72.788)	(83.377)
Total	(

Icatu**ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.**
CNPJ: 74.267.170/0001-73www.icatusseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Capitalização S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades**

da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que à fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança e Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
José Claudio Costa Contador
CRC 1SP167720/O-1

Diário Comercial

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição simultânea: SÃO PAULO e RIO DE JANEIROANO LXI - Edição nº 20.000
www.diariocomercial.com.br**Indústria**
Indicador de Intenção
de Investimentos
tem primeira alta

Na avaliação do superintendente adjunto para Ciclos Econômicos da FGV, Aloisio Campelo Jr., o resultado surge que as taxas de intenção de investimentos já ultrapassam o seu pior momento. Para ele, "embora discreta", esta primeira alta do indicador desde o terceiro trimestre de 2013, é "uma boa notícia". **PÁGINA 4**

Economia**Produção no pré-sal ultrapassa um milhão de barris por dia**SEXTA-FEIRA, JUNHO DE 2016
IBC-Br
135,68 pontos
Índice de atividade econômica do BC subiu 0,03%

A economia apresentou uma leve recuperação em abril, após 15 meses em queda. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) do quarto mês deste ano, conhecido como o "pré-PIB", teve alta de 0,03% em comparação entre os meses de março e abril de 2016. O IBC-Br ficou em 135,68 pontos em abril, ante 140,51 pontos de março. O indicador de abril de 2016 mostrou retração maior do que a apontada pela mediana (-4,60%) das previsões dos 28 analistas do mercado financeiro. **PÁGINA 2**

No Diário Comercial
você tem a certeza do
melhor custo-benefício
do mercado, um
atendimento personalizado
e a experiência de quem
conhece **Publicidade Legal.**

• Atas • Avisos • Balanços • Comunicados • Editais • Fatos Relevantes